

## A REPRODUÇÃO SOCIAL DO PROLETARIADO E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE – ENTREVISTA COM PIETRO BASSO<sup>1</sup>

Adriana D'Agostini<sup>2</sup>  
Célia Regina Vendramini<sup>3</sup>  
Mauro Titton<sup>4</sup>



<sup>1</sup> Entrevista recebida em 19/08/2023. Aprovada pelos editores em 27/09/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59596>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil e pesquisadora visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) - Itália, em 2023. E-mail: [d.agostini@ufsc.br](mailto:d.agostini@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5137757620645835>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-4198>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo - Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil e pesquisadora visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) em 2023. E-mail: [celia.vendramini@ufsc.br](mailto:celia.vendramini@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7441375272877530>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9600-2868>.

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) - Itália em 2023. E-mail: [m.titton@ufsc.br](mailto:m.titton@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6319128486898465>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9146-4019>.

O entrevistado deste número da Revista Trabalho Necessário - TN 46 - é o sociólogo italiano **Pietro Basso** que concedeu a entrevista na sua casa, em Mogliano Veneto, no dia 19 de junho de 2023, tendo sido revisada pelo mesmo após a transcrição.

Pietro Basso tem larga experiência acadêmica e militante. Lecionou sociologia no Instituto Universitário Oriental de Nápoles e na Universidade Ca'Foscari Veneza, Itália. Atualmente está aposentado e contribui como editor da revista "Il Cuneo rosso" e do blog internacionalista "Il pungolo rosso". Foi por muitos anos diretor, na Ca' Foscari, do *Master Sull'Immigrazione*, a primeira experiência italiana de formação no âmbito da pós-graduação sobre o fenômeno migratório, que teve entre seus palestrantes estudiosos de alto nível de todo o mundo. É autor e organizador de muitos livros, edições de revistas e ensaios sobre temas da mundialização e do mercado de trabalho, desemprego, organização do trabalho e do tempo de trabalho, "raça" e racismo de Estado, islamofobia, imigração internacional, lutas do proletariado, história do movimento comunista. Algumas de suas obras foram traduzidas em vários idiomas. No Brasil, além de artigos e capítulos de livros, publicou o livro "Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI", pela editora da UNICAMP, em 2018.

A sua produção acadêmica e ativismo político concentram-se na crítica marxista do capitalismo e nesta entrevista Pietro nos fala sobre a reprodução social do proletariado hoje no contexto do capital, global e nacional, indicando tendências gerais e contrastando com situações específicas regionais. Sobre a reprodução social da massa de trabalhadores imigrantes que compõem o proletariado, Pietro analisa como "o destino das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes é o destino de todos", ou seja, como a inferiorização dos imigrantes fomenta divisões na classe trabalhadora e funciona como alavanca para piorar a condição do proletariado como um todo. Ao mesmo tempo, as lutas dos imigrantes contra a discriminação e o racismo incidem também nas lutas dos trabalhadores em geral. Nosso entrevistado aborda ainda as dificuldades de organização dos trabalhadores italianos, recorrendo a elementos históricos, ao contexto social e político atual e indicando os setores e organizações que, de forma limitada, vêm se constituindo como vanguarda das lutas. Por fim, Pietro é desafiado a pensar sobre um novo *Manifesto do Partido Comunista*, analisando alguns aspectos, como o nível atual de destrutividade do capitalismo

plenamente realizado, a atual composição do proletariado cada vez mais multinacional e multirracial, a crescente composição feminina do proletariado internacional e o vigor da concepção de Marx e Engels sobre a auto-organização da classe, necessária para orientar o protagonismo de massa dos trabalhadores diante das condições atuais.

A entrevista é acompanhada pela tradução do texto original em italiano *Quarenta anos de ataques capitalistas: como mudaram a condição e o modo de pensar dos trabalhadores*, publicado originalmente na revista *Il cuneo rosso*.

**Adriana, Célia e Mauro:** Bom dia, Pietro. Obrigado pela sua disponibilidade para conceder esta entrevista. A primeira pergunta que gostaríamos de fazer é esta: a classe trabalhadora, desde o seu nascimento até hoje, está sujeita à exploração. Como você afirma em seu livro *“Tempos modernos, jornadas antigas”*, velhas e novas formas de sujeição dos trabalhadores ao capital se mesclam. Considerando a atual relação entre capital e trabalho que produz desemprego, ausência de contrato e direitos trabalhistas, precariedade, terceirização, trabalho irregular etc., quais consequências podem ser observadas na reprodução social da classe trabalhadora?

**Pietro Basso:** *Bom dia para vocês! Em linhas gerais, a reprodução social da classe trabalhadora é uma variável dependente daquela do capital, global e nacional. Não sendo uma constante, porém, pode se desenvolver em formas mais passivas, mais subordinadas ou em formas mais conflituosas. O fato de ser uma variável dependente não quer dizer que não possa assumir valores diferentes, mas a sua relativa autonomia aparece apenas na medida em que existe uma relação conflituosa entre capital e trabalho. Se esta relação está ausente, então as regras da reprodução social da classe trabalhadora seguem passivamente o mecanismo da reprodução social do capital.*

*Uma segunda premissa: dado que – como o capital e a classe capitalista – a classe trabalhadora ou, como prefiro dizer, o proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados, já é uma classe totalmente internacional, em minha resposta tentarei indicar as tendências gerais operando em escala global. Que me parecem – neste*

*momento – duas, pelo menos na aparência contraditórias, no que diz respeito, por um lado, aos países que historicamente estiveram no centro do processo de acumulação de valor no mundo (Europa, Estados Unidos, Japão – os países do Ocidente), por outro lado, os países ascendentes de nova industrialização da Ásia, sobretudo, mas também da África e da América Central e do Sul.*

*Para a Europa e todo o Ocidente devemos esperar uma reprodução social do proletariado cada vez mais instável e atormentada, cada vez mais distante daquela que ocorreu nos anos de 1945 a 1975, que na Europa foram definidos como os “30 anos gloriosos”. Muitos apresentaram aquele período como um “modelo”, indicativo da tendência do capitalismo de se desenvolver fortemente com continuidade, e permitir, dentro desse desenvolvimento, ou mesmo produzir espontaneamente, uma melhoria da condição proletária – a prova, em suma, das ilimitadas potencialidades do desenvolvimento capitalista e suas repercussões na totalidade da sociedade teorizada por alguns economistas como a coluna em marcha. Pelo contrário, quanto mais nos afastamos desse período, mais ele aparece – já há algum tempo venho sustentando isso – como a exceção e não como regra. Em primeiro lugar porque as melhorias no consumo, nos direitos e até na redução do tempo de trabalho que os proletários conseguiram na Europa Ocidental sempre se deveram ao conflito social, nunca ao resultado automático do desenvolvimento capitalista. E em segundo lugar porque já faz meio século que se estabeleceu a tendência oposta, com a progressiva erosão dessas melhorias, a começar pela jornada de trabalho.*

*Chamar a atenção para as políticas “neoliberais” com o seu resultado de desemprego, crescente informalidade e precarização das relações de trabalho, terceirização, intensificação da exploração do trabalho etc., está correto, mas é preciso explicar por quais razões elas prevaleceram em todos os lugares. Na minha opinião, a causa em última instância dessa inversão de tendência que coincidiu no último meio século com o domínio das políticas liberais, a hipertrofia financeira típica do imperialismo, a forte polarização social, não é fruto de “escolhas políticas” erradas ou piores do que outras que teriam sido possíveis, portanto reversíveis, mas é de ordem estrutural: a insuficiente rentabilidade dos investimentos produtivos em escala mundial, a começar exatamente no histórico centro do processo de acumulação do capital. Isso identifica toda uma fase histórica no desenvolvimento do capitalismo, na qual veio à luz a crescente incapacidade de o capital gerar quantidade suficiente de*

*novo valor através de uma expansão da produção de mercadorias fundada sobre o intenso emprego de força de trabalho – uma crescente incapacidade que o capital busca superar por meio de um aumento desmesurado do crédito, do endividamento geral ilimitado. Não posso aqui desenvolver, nem mesmo brevemente, a demonstração desta tese. Só queria dizer que, a meu ver, a crise de meados dos anos 1970, da qual se originou a inversão da tendência, foi essencialmente uma crise de superacumulação de capital. E que a enorme expansão em escala mundial do processo de produção capitalista pelo qual foi superada lançou as bases para a explosão, em 2007-2008, de uma crise da mesma natureza, mas de proporções e agudeza incomparáveis porque ressurgiu com toda a sua gravidade, sobre uma escala geográfica ainda mais extensa, a crescente dificuldade do capital a se autovalorizar pelo único modo real à sua disposição: passando através da produção de novo valor.*

*O país ocidental no qual a tendência à degradação das condições médias de trabalho e de existência do proletariado foi e é massivamente evidente são os Estados Unidos da América. Lá, segundo os indicadores estatísticos oficiais, desde 2015 a própria expectativa de vida das pessoas brancas da classe trabalhadora – uma das principais promessas do desenvolvimento capitalista – vem diminuindo. Um entre os livros mais interessantes que li nos últimos tempos, “Mortes por desespero e o futuro do capitalismo”<sup>5</sup>, fala sobre mortes por suicídio, álcool e outras drogas mostrando a desagregação em curso de um dos segmentos mais privilegiados da classe trabalhadora internacional. Fica quase ridicularizada (por uma montanha de fatos sociais reais) a imagem que muitos ainda têm na cabeça da invencível superpotência capaz de criar uma classless society (sociedade sem classes), ou pelo menos se aproximar desse objetivo. Os governantes estadunidenses estão tamponando as iminentes rupturas sociais com o uso da violência, com leis antigreve, com a impressão descontrolada de dólares etc. Mas se você olhar para os processos sociais que envolvem a classe trabalhadora, fica palpável aquela evolução para uma existência cada vez mais atormentada e instável de que eu falava, para todos os países ocidentais, levada ao extremo. Afinal, os Estados Unidos são o país dos extremos. Tudo ali se apresenta com uma brutalidade de Velho Oeste, de perene acumulação originária.*

---

<sup>5</sup> CASE, Anne; DEATON, Angus. **Deaths of Despair and the Future of Capitalism**. Princeton University Press: Princeton, NJ, 2020. 312p.

**Adriana, Célia e Mauro:** Esses extremos tornam tudo mais claro, não é?

**Pietro Basso:** *Sim, até porque eles quase se vangloriam dessa brutalidade, como se fosse um índice de vitalidade. Na Europa, a mesma tendência se afirmou de forma mais lenta e gradual, sem exceções. Já faz alguns anos, foram escritos ensaios e livros sobre empregos a € 1,5 a hora na rica Alemanha, com uma fração dos assalariados forçados a sobreviver em condições de marginalidade e de asfixiante controle estatal sobre os sempre mais modestos gastos com a assistência pública. As coisas vão ainda piores no Reino Unido, sobretudo depois do Brexit, que em poucos anos fez desaparecer as ilusões criadas pelos demagogos seus promotores<sup>6</sup>. Todavia, para um setor da classe trabalhadora formado predominantemente por mulheres e imigrantes, a pobreza é uma experiência cotidiana na maioria dos países europeus. Não se trata somente dos desempregados de longa duração. Há, faz algumas décadas, uma massa de trabalhadores pobres na União Europeia estimada entre 8 e 10% dos assalariados. Em países como a Grécia, a velocidade e a radicalidade do processo foram máximas por causa das duríssimas medidas de austeridade impostas pela União Europeia (UE), pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com amplos fenômenos de empobrecimento e marginalização da vida social, especialmente para os trabalhadores mais velhos (em uma década, foram lançadas treze reformas para piorar a aposentadoria). Sobre a Itália, basta um dado: entre 1990 e 2020 os salários perderam poder de compra, em média, cerca de 3% ao ano, com uma queda muito mais acentuada entre 2007 e 2020 (-10%). Este foi um período sombrio também para outros países europeus, já que de 2009 a 2019 os salários reais caíram 23% na Grécia, 11% na Croácia, 4% em Portugal, 2% na Espanha<sup>7</sup>. Além disso, na maioria dos países europeus se firmou a tendência ao prolongamento da jornada de trabalho,*

---

<sup>6</sup> Conferir FRIEDRICH, Julia; MÜLLER, Eva; BAUMHOLT, Boris. **Deutschland Dritte Klasse**. Life in der Unterschicht. Hamburgo: Hoffmann und Campe Verlag, 2009; para a Inglaterra, conferir ARMSTRONG, Stephen. **The New Poverty**. Londres-Nova York: Verso, 2018.

<sup>7</sup> ILO, Global Wage Report 2022-2023. **The impact of Covid-19 and inflation on wages and purchasing power**. Geneva, 2023. Disponível em <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_862569.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_862569.pdf)> Acesso em 25 de julho de 2023.

*da semana de trabalho, da jornada anual de trabalho e do tempo de trabalho ao longo da vida dos operários e assalariados com ocupação estável – como acredito ter demonstrado em meu livro sobre horas de trabalho<sup>8</sup>.*

*No entanto, não é o caso de projetar mecanicamente esta tendência europeia e ocidental à escala mundial. Em boa parte da Ásia e em muitas “ilhas” da África, o processo de reprodução social do proletariado tem ocorrido nas últimas décadas de forma diferente, com possibilidades reais de melhora material e, em certos casos, com melhores garantias normativas e legais do que há algum tempo. Assim, enquanto na Europa operou e opera uma prolongada tendência descendente, em vastas áreas do mundo de mais recente industrialização operou e opera uma tendência ascendente, embora em desaceleração e às vezes com bruscas quedas.*

*Se por um longuíssimo período a lei capitalista do desenvolvimento combinado e desigual jogou exclusivamente em prejuízo dos continentes colonizados, nas últimas décadas o maciço deslocamento e desenvolvimento da produção manufatureira para o “Sul” do mundo permitiu que alguns dos países arruinados pelo colonialismo histórico encurtassem as distâncias em relação ao “centro”. Nos séculos de colonialismo histórico, a África sofreu mais do que todos. Se fizéssemos uma escala das devastações causadas pelo colonialismo, o último degrau seria ocupado pela África, o penúltimo pela América Central, depois a América Latina e finalmente a Ásia. A Ásia, em seu conjunto, teve uma capacidade de resistência ao colonialismo histórico superior aos outros continentes. Isso a ajudou a se reerguer, embora ainda esteja longe de ter recuperado a esmagadora liderança mundial na produção manufatureira que havia detido, com a China e a Índia, até o início do século XIX. No momento em que desmoronou o velho colonialismo, o neocolonialismo financeiro e termonuclear (Estados Unidos como principal expoente) avançou rapidamente, é verdade. Mas na transição do colapso de um para a plena afirmação do outro houve um processo tricontinental de revoluções nacionais, anticoloniais e antifeudais de grande significado. Houve revoluções populares, burguesas-populares, nacional-populares, mas se tratou de revoluções autênticas (China, Vietnã, Cuba, Argélia, ex-colônias portuguesas etc.). E puseram em movimento uma dinâmica de desenvolvimento das modernas relações sociais capitalistas, que foi materializada com modalidades*

---

<sup>8</sup> N.T.: BASSO, Pietro. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

*diferentes daquelas típicas do original desenvolvimento do capitalismo nos países europeus. A essa dinâmica endógena se somou, a partir da década de 1970 (na indústria têxtil começou uma década antes), um enorme processo de deslocamento operado pelos países do “centro” na busca espasmódica de maiores taxas de lucro, lucros extras com os quais pudesse reviver o ritmo de acumulação de capital. E se iniciou uma corrida tricontinental pela criação de zonas econômicas especiais (ZEE) para favorecer os investimentos das multinacionais, com repercussões sobre a condição dos trabalhadores e dos proletários, e nas suas expectativas, que ao longo do tempo se tornaram evidentes.*

*O caso mais espetacular, não o único, é o da China. Lá, por exemplo, o acesso à casa própria já diz respeito a pouco menos de 20% da classe trabalhadora. Passa pelo mecanismo do endividamento, claro, para o qual se requer garantias – uma guilhotina sobre a cabeça da parcela da classe capaz de dar esse passo (agora complicado pelas quebras de algumas megaempresas imobiliárias). Mas enquanto há 20 anos o salário médio chinês era 1/10 do salário italiano ou um pouco mais, e o acesso à casa própria era para os trabalhadores um verdadeiro sonho, agora o salário médio chinês está próximo da metade do italiano, talvez ainda mais se nos referirmos ao poder de compra real, com todas as consequências do caso também na consciência de si dos proletários.*

*Na China, na Indonésia – um país do qual quase nunca se fala – no Vietnã, na Índia, embora não no mesmo ritmo da China, o processo de reprodução social do proletariado está ocorrendo em um contexto no qual esses países conquistam espaço crescente no mercado mundial. À diferença dos “anos gloriosos” europeus, porém, os aumentos de renda não correspondem a uma expansão comparável de direitos civis democráticos – apesar das explosões periódicas do conflito de classe e de resultados regulatórios não desprezíveis, como o lançamento em 2008 da nova legislação sobre relações de trabalho e sobre jornada de trabalho na China. Dentro da sociedade das mercadorias, a possibilidade de acesso ao consumo é um indicador importante para os proletários, porque afeta a alimentação, a moradia, a educação, a proteção contra doenças etc., um conjunto de mudanças que – repito – se refletem na consciência de si da classe trabalhadora. Presumo que esta relativa melhora nas condições de existência e de reprodução da classe trabalhadora passou, e ainda passa, por uma exploração intensiva paroxística da força de trabalho, em muitos casos feminina, da*



*qual são emblemáticas as fábricas-dormitório, do México à China: o que me interessa sublinhar é que nos países europeus a intensificação da exploração do trabalho tem sido acompanhada desde há algumas décadas pela piora média das condições de trabalho e de vida dos proletários, enquanto na China, Índia, Vietnã, Indonésia, até agora, em média tem havido uma certa melhora, pelo menos nas condições de vida.*

*Muito mais contraditória é a situação dos maiores países da América Latina, que avançam, a meu ver, numa montanha-russa. Paradigmática é a história da Argentina, que teve momentos de exaltação “europeia” coincidindo com o auge do peronismo, para conhecer depois quedas vertiginosas feitas de default e explosão de pobreza. No entanto, no irreversível declínio da hegemonia e dominação estadunidense e europeia sobre o mundo e sobre a América Latina, estão se abrindo espaços de manobra – em particular para o Brasil – que talvez possam trazer limitados, temporários benefícios para setores do proletariado menos atingidos pelos processos de informalidade.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Qual é a ligação entre as duas tendências e quanto tempo ainda pode durar o que você chamou de aparente contradição? Você também mencionou o reflexo que elas têm sobre a “consciência de si” dos trabalhadores: você pode dizer algo mais sobre este aspecto?

**Pietro Basso:** *O vínculo é forte e biunívoco. A difusão mundial das relações sociais capitalistas provocou um fenômeno inteiramente novo: colocou em concorrência direta em larga escala em toda a indústria manufatureira (e não só) os trabalhadores do “centro” com os da “periferia”, na Europa – depois de 1989 – aqueles dos países ocidentais com aqueles dos países do leste, com efeitos depressivos sobre os proletários mais “garantidos” dos países ocidentais levados à corrida para o rebaixamento pelo medo, ou mesmo pelo terror, de perder seus empregos como resultado dos deslocamentos [da produção]. Esse mesmo mecanismo, que por algumas décadas favoreceu o desenvolvimento de alguns países extra metropolitanos a taxas excepcionais, agora parece ter atingido seu ápice, pelo menos na China, já que o crescimento dos salários reais e de certas garantias regulatórias se tornou o motivo da implementação de processos de deslocamento interno e externo para áreas*

*da Ásia e África com menor custo da força de trabalho. Por outro lado, as migrações internacionais intensificadas rumo aos Estados Unidos e à Europa têm permitido sempre mais extensos processos de deslocamento in loco, com o que o mecanismo depressivo da ilimitada concorrência entre empresas e, também, entre trabalhadores, já não opera apenas do Norte para o Sul, mas também, embora a uma escala mais limitada, do Sul para o Norte, de Leste para Oeste e – fortemente – entre zonas do Sul colocadas em competição entre si pela mobilidade dos capitais. Dominando tudo está um processo estrutural de universal desvalorização do trabalho vivo – mesmo na presença de salários reais crescentes, sendo o salário relativo o critério de medida decisivo.*

*Quanto aos reflexos subjetivos, na consciência de si dos proletários, desse unitário e diferenciado processo de reprodução social do proletariado no mundo, em termos tão grosseiros e esquemáticos quanto os usados até agora (peço desculpas, mas como não ser? Estamos falando de uma classe social que chega a 2,5 - 3 bilhões de indivíduos), eu diria o seguinte: nos países ocidentais prevalece entre os proletários – na ausência de lutas – um sentimento de medo e desconfiança em relação a si mesmos como classe e sobre o futuro, que empurra para o individualismo e para a redução de qualquer forma de autoatividade coletiva, enquanto em muitos países do Sul do mundo prevalece um sentimento de orgulho de si e de confiança no futuro (que também contém, de forma contraditória, uma maior confiança na possibilidade de desenvolvimento do capitalismo).*

*Na Europa Ocidental, depois de mais de 40 anos de derrotas e reveses (sobretudo nas últimas duas ou três décadas sem lutar), o trabalhador ou proletário individual se sente, normalmente, um trapo sem valor, e tem até dificuldade para se declarar assim. E se ele tem a ambição de sair dessa condição para “tornar-se alguém”, na maior parte dos casos acredita que pode conseguir abrindo espaço contra os outros seus companheiros. Tudo isso é o reflexo de um sentimento mais geral de derrota e impotência face ao poder esmagador dos patrões, por sua vez alimentado pela ausência do menor ponto de referência credível para os proletários, políticos e sindicatos. Na ausência de fortes movimentos de luta – que, na Itália e não apenas nela, vem de muito tempo (com a única exceção dos trabalhadores da logística) – a atitude operária, proletária mais difundida é a de aceitar as formas de “flexibilidade” exigidas pelos patrões, fazer mais horas extras (em vez de lutar por aumentos*

salariais), evitar “criar problemas” (mesmo à custa de colocar em risco a própria saúde e até a própria vida), na esperança de ganhar alguns pontos na escala da empresa e naquela social. Isso também ocorre porque hoje não há mais uma tradição de lutas a que possa se referir de modo direto, já que aqueles que as vivenciaram (mesmo os do ciclo iniciado no final dos anos 1960) estão fora do processo produtivo e dos conflitos, também daqueles sindicais.

Naturalmente, quando irrompem conflitos sociais intensos, mesmo em setores individuais da classe, o quadro muda repentinamente. Pensemos na França nos últimos meses, que foi sacudida duas vezes, de maneiras muito diferentes, pela luta dos trabalhadores mais “garantidos” contra a reforma da previdência desejada por Macron e pelos patrões, e depois pela potente revolta dos setores mais oprimidos e marginalizados das periferias. Por meio dessas lutas, ou batalhas, os proletários fortalecem sua autoestima, ganham uma consciência mais lúcida das contradições e antagonismos sociais e da necessidade de se organizarem, recuperando também, de alguma forma, as experiências passadas. Não me refiro apenas, nem em primeiro lugar, à luta sindical, mas aos movimentos sociais e políticos: a meu ver, nos últimos anos, a expressão máxima de luta e avanço da consciência de classe no Ocidente foi o Movimento Vidas Negras Importam (Black Lives Matter).

Em linhas gerais, a luta de classes do proletariado e do semiproletariado do Sul do mundo foi e é certamente mais vivaz do que nos países do “centro” – o que corresponde precisamente à percepção de ascender e querer ascender mais, e a uma maior confiança de poder fazê-lo coletivamente. Penso na África e no mundo árabe: a grande Intifada árabe de 2011-2012, um autêntico terremoto social e político, embora tenha acabado derrotado; o triênio (2012-2014) de formidáveis batalhas proletárias na África do Sul com epicentro entre os mineiros de Marikana; os novos levantes populares no Líbano, Argélia e Sudão em 2018-2020, ainda que inconsequentes; à atual rebelião anticolonial na África Ocidental... e se fossemos para a Índia, Indonésia, Filipinas, Sri-Lanka etc. teríamos coisas para pensar.

Sobre ambas as tendências contraditórias que mencionamos até agora, paira a incógnita da crise histórica do sistema social capitalista.

**Adriana, Célia e Mauro:** O que você entende por crise histórica do sistema social capitalista?

**Pietro Basso:** Podemos tomar como ponto de partida o início do século XXI com o ataque às Torres Gêmeas, que – agora está mais claro do que antes – veio do conjunto do mundo árabe. Não foi, como sustentava a propaganda de Estado islamofóbica, a expressão das paranoias de um minigrupo de fanáticos assassinos, mas algo muito mais amplo e profundo: a voz de um sentimento generalizado de rejeição radical à pretensão dos Estados Unidos de exercer um perene domínio incontestável sobre o mundo árabe. Com esses ataques, os dezenove que conduziram os ataques gritaram na cara do establishment estadunidense: “os árabes estão cheios de vocês, não suportam mais a sua ditadura!”; foram filhos de famílias burguesas nos países árabes mais pró-americanos – isso por si só é um indicativo do grau de expansão e intensidade do sentimento antiamericano, se não antiocidental. Tomo o dia 11 de setembro de 2001 como o ponto de partida da grande crise em curso porque os Estados Unidos foram atacados em seu território pela primeira vez desde a guerra de independência contra a Inglaterra. É um ato inequívoco de rebelião – não é a nossa lógica de rebelião, claro; é o pré-anúncio de uma mudança de época. Totalmente confirmado pelo fato de que as guerras desencadeadas como represália no Afeganistão e no Iraque pelos Estados Unidos e pelo Ocidente, por mais incrivelmente assimétricas, Washington e seus aliados as perderam. No Afeganistão perderam a guerra no terreno, no Iraque ganharam-na cometendo crimes abomináveis, chegando a perder a paz também em consequência do tipo de guerra de devastação ultra bárbara que conduziram. E os Estados Unidos são há oitenta anos o pilar fundamental da ordem internacional que emergiu da Segunda Guerra Mundial...

Depois chegou a crise financeira que Alan Greenspan<sup>9</sup> definiu “a maior crise da história do capitalismo”, iniciada em 2008 com o colapso do Lehman Brothers – epicentro nos Estados Unidos. Em seguida, a crise do Euro em 2011-2012, depois a crise pandêmica, a crise ecológica que explode e não conseguem negá-la e nem contê-la, para finalmente chegar à eclosão da guerra na Ucrânia, que marca o início de uma outra fase histórica. Cada uma dessas crises “singulares” foi sendo inserida na outra, aproximando o momento de uma explosão geral e incontrolável das

---

<sup>9</sup> Alan Greenspan, economista americano, ex-presidente do Federal Reserve de 1987 a 2006.

*contradições do sistema social capitalista e o desencadeamento de ações e reações cujo resultado ninguém pode prever – não por acaso, de um ano para cá, foi totalmente colocada em movimento a possibilidade de uma terceira guerra mundial.*

*Uma possível explosão descontrolada de todas as contradições do sistema colocará em discussão, sem dúvida, também a relativa ascensão de áreas do proletariado no Sul do mundo – na China já subiu o tom do alarme pelo desemprego de jovens entre 16 e 24 anos, que ultrapassou 21% em junho, um número inédito para a China dos milagres – cujo atolamento agora é considerado inevitável. Aquelas que hoje parecem ser duas tendências contraditórias entre elas poderão dar lugar ao advento generalizado de economias de guerra antes mesmo da eclosão de uma guerra geral. Com evidentes reflexos no plano político e, portanto, também nas condições gerais do contexto da reprodução social do proletariado.*

*A divisão entre democracias e autocracias, ridícula em si mesma, é destinada a se tornar ainda mais inconsistente. A Itália democrática tem hoje o governo mais reacionário e de direita desde 1945. E os Estados Unidos de Trump, ou de Biden, que cancela uma greve decidida pela massa dos ferroviários? E o Brasil de Bolsonaro? E a França de Macron com uma polícia repleta de grupos organizados de fascistas e racistas? E a Ucrânia de Zelensky, em que ele quase santifica como heróis os milicianos com claras simpatias nazistóides? Também em países que continuam em ascensão, evidentemente, onde em média é mais limitado o acesso às liberdades democráticas (“a democracia é um luxo dos países ricos”, que saquearam os outros durante séculos), pode se desencadear uma disciplina de guerra, pelo menos de guerra econômica extrema, porque para o capital de cada nação não há alternativas. Passo a passo, como se estivesse em ação um mecanismo automático que se impõe a todos com a inexorabilidade de suas leis de funcionamento, se está andando para um confronto intercapitalista, interimperialista apocalíptico, a menos que o proletariado saiba como se colocar bloqueando seu curso.*

*Na explosão em curso desta grande crise do sistema social capitalista, eis a variável em que me concentro: que diante de uma catástrofe impressionante, ou uma amostra dela, a classe trabalhadora, colocada de costas contra a parede, ao invés de reivindicar um espaço próprio dentro do desenvolvimento capitalista, repentinamente muda de direção: “Não quero ser bucha de canhão para suas guerras e, portanto – já que vocês não me dão alternativas – guerra por guerra, vamos fazê-la para acabar*

*com este sistema social sempre mais destrutivo”. Esta é a minha esperança (não contemplativa): uma virada histórica semelhante à de Outubro de 1917, mas em maior escala e com maior radicalidade das transformações sociais possibilitadas justamente pelo que foi o capitalismo.*

**Adriana, Célia e Mauro:** “O destino das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes é o destino de todos”. Esta é a frase com a qual se convocou uma assembleia em Mestre no dia 25 de maio de 2023, organizada pelo Comitê Permanente contra as guerras e o racismo de Marghera<sup>10</sup> e outras organizações políticas. O que significa esta afirmação?

**Pietro Basso:** *No topo da economia, da sociedade e do Estado eles sabem muito bem que o destino dos imigrantes é o destino de todos os trabalhadores. Precisamente por isso os discriminam, fazem-nos morrer no mar, esmagam-nos o mais possível sob o peso de leis especiais, multiplicam os campos de concentração na Europa e na África, desencadeiam campanhas racistas dirigidas contra esta ou aquela nacionalidade. Colocar os imigrantes como seres humanos inferiores, fonte de todos os males e perigos sociais, fomenta divisões e ódios na classe trabalhadora, e serve para criar uma força de trabalho inferiorizada que funciona como alavanca para piorar a condição do proletariado como um todo. O paralelo mais adequado é com a função do exército de reserva, tendo em conta, no entanto, que a massa das mulheres e dos homens imigrantes pertence à força de trabalho em idade produtiva.*

*Infelizmente, porém, entre aqueles que lidam com imigrantes e entre muitos trabalhadores autóctones que têm boa disposição para com os imigrantes há um senso comum diferente. Aos seus olhos, as/os imigrantes aparecem geralmente como um mundo à parte, diferente de nós, mais “fracos” do que nós, portanto necessitados de compaixão, “outros” apartados de nós porque pertencem a outras culturas e “identidades” – são atitudes em certo grau paternalistas que impedem a formação da consciência de um destino comum, na medida em que não levam em consideração a especial força desses “fracos” e empurram para segundo plano tudo o que nos une a eles. Pior ainda ocorre na massa de trabalhadores autóctones indiferentes ou*

---

<sup>10</sup> N.T.: Marghera é uma localidade da cidade de Veneza, Itália, na parte continental.

*indispostos: para eles, o tratamento reservado pelas instituições e pelo mercado aos imigrantes é algo que “não nos diz respeito”. Isso é completamente falso, uma falsa consciência difundida, infelizmente, sobretudo entre os proletários.*

*É uma falsa consciência que – no que diz respeito à Itália e aos trabalhadores italianos – tem raízes históricas: é o chauvinismo típico dos países colonialistas e imperialistas, nos quais, ao longo dos séculos, também os proletários puderam se beneficiar, em alguma medida, do saqueio dos continentes colonizados e dominados e, por consequência, podem olhar os imigrantes “de cor” de cima a baixo como os últimos, que é justo que estejam em último lugar. Só que o mercado de trabalho é um sistema de vasos comunicantes. E como os vasos nos quais há trabalho imigrante são cada vez mais amplos, se o mercado – isto é, o capital – e seu grande protetor, o Estado, garantirem que os níveis salariais, os níveis de reconhecimento de direitos sejam estruturalmente mais baixos ou desçam para os imigrantes, deem tempo ao tempo e verão que o nível médio vai baixar em todos os outros vasos, é inexorável.*

*Claro: nunca houve nem haverá uma condição proletária homogênea, nem mesmo dentro de uma única fábrica. Ainda menos pode haver na sociedade como um todo, e menos ainda no mercado mundial como um todo. Na composição estratificada do proletariado, portanto, não há ilhas que estejam a salvo de qualquer perturbação, especialmente em uma época, como a nossa, de pressão capitalista universal para desvalorizar a força de trabalho. Daí o título que demos à assembleia de 25 de maio.*

*Esse título vem de um convênio precedente, que tinha como lema: A saúde dos imigrantes é a saúde de todos. Alargamos o sentido ao falar de “destino” para afirmar que as condições de trabalho dos imigrantes, as suas condições de existência, o nível de chantagem ao qual estão submetidos, o respeito pela sua dignidade, a sua organização, dizem respeito a todos os trabalhadores. À medida em que a imigração se estabiliza, o mundo das populações imigrantes se divide em classes. Mas a grande maioria dos imigrantes permanece numa condição proletária, parte integrante de uma classe composta majoritariamente por trabalhadores autóctones. E sofre, em geral, todo tipo de discriminação. As situações em que há completa e efetiva igualdade de tratamento no trabalho e de titularidade de direitos entre autóctones e imigrantes são exceções. Apenas um exemplo: em um país como a Itália, com 6 milhões de*

*imigrantes, não há jus soli<sup>11</sup> para quase um milhão de menores filhos de imigrantes. Essa forte discriminação institucional aciona mecanismos de discriminação social implementados por coetâneos, pelos professores e assim por diante. O Estado educa a população, a menos que esta não decida... reeducá-lo com os necessários métodos céleres.*

*Sobre essas questões, gostaria de destacar dois escritos de Iside Gjergji, uma estudiosa valiosa, *Circolari amministrative e immigrazioni* e *Sulla governance delle migrazioni* (ambos publicados pela Editora Franco Angeli)<sup>12</sup>. O primeiro explica como a atribuição exclusiva da gestão da imigração às autoridades policiais acarreta uma utilização anormal de medidas administrativas, em particular de circulares, instrumentos que se prestam como poucos ao arbítrio e à socialização do arbítrio. O segundo estudo amplia seu olhar ao âmbito internacional, ao entrar no que Gjergji chama de *underground* no comando global sobre os movimentos migratórios, caracterizado pela primazia dos órgãos executivos e por formas normativas, sobretudo paranormativas, *just in time*, cada vez mais ditadas por poderes privados e por lógicas privatistas. A combinação dos dois níveis, o global e o nacional, tem como resultado a inferiorização e precarização estruturais, permanentes de milhões de imigrantes. Com efeitos em cadeia sobre toda a classe trabalhadora, que no seu interior não está demarcada por muralhas chinesas entre suas diferentes seções.*

*“O destino dos imigrantes é o destino de todos os trabalhadores” também se aplica, é evidente, ao contrário. Quando os/as imigrantes lutam contra a discriminação e o racismo, se fazem respeitar – e só têm uma maneira de fazer isso: lutar, se organizar – suas lutas também ajudam os trabalhadores e as trabalhadoras autóctones a se fazerem respeitar e a rejeitar chantagens e imprecizações racistas. É por isso que é de grande importância apoiar a resistência, a organização e as lutas dos trabalhadores e das populações imigrantes, a começar pela reivindicação de uma autorização de residência incondicional para todos os imigrantes presentes em território europeu de forma a extinguir totalmente a zona de irregularidade. Sempre me recusei a falar em “clandestinidade” e “clandestinos”, porque a irregularidade não é uma escolha dos imigrantes, é uma estudada condenação institucional. Existe uma*

---

<sup>11</sup> N.T.: A legislação italiana reconhece a cidadania por consanguinidade e não por nascimento em território italiano.

<sup>12</sup> N.T.: Trata-se dos livros, GJERGJI, Iside. **Circolari amministrative e immigrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2013. GJERGJI, Iside. **Sulla governance delle migrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2016.



*bela palavra alemã: illegalisiernten, ilegalizados, irregularizados. O termo é pesado, mas honesto. É o mercado e o Estado como braço armado do mercado (do capital) que os querem assim; não todos os imigrantes, claro, mas uma cota grande o suficiente para servir de alavanca e de alerta para todos. A legislação especial de imigração é uma legislação contra todos os trabalhadores, não apenas contra os imigrantes. Todas as medidas e práticas que criam hierarquias mais ou menos estáveis e reguladas dentro da classe trabalhadora prejudicam toda a classe trabalhadora, não apenas os trabalhadores e trabalhadoras diretamente discriminados e inferiorizados.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Vivemos um contexto de grande dificuldade na organização, na luta dos trabalhadores. Como está a situação na Itália? Onde pode ser visto qualquer sinal de resistência e luta? Podemos falar da existência de vanguardas nas lutas atuais?

**Pietro Basso:** *Não sei se lhes dei o número da revista Il cuneo rosso sobre a crise global e o conflito de classes na Europa, que editei<sup>13</sup>. Nele se aborda como mudaram as condições e o modo de pensar dos trabalhadores após quarenta anos de ataques capitalistas. Contém uma seção sobre a crise e a luta de classes na Europa, com artigos sobre a Alemanha, a Grécia, a Espanha, Portugal e, claro, a Itália com textos dedicados aos trabalhadores da logística, trabalhadores de call center, aos metalúrgicos da Fincantieri de Marghera. Fala da profunda crise dos sindicatos na Itália, mostrando o longo caminho de sujeição às políticas neoliberais e às prioridades corporativas dos três maiores sindicatos italianos, CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores) e UIL (União Italiana do Trabalho), e sua progressiva estatização.*

*Ao último congresso da CGIL, foi convidada até a primeira-ministra Meloni (não acontecia há 27 anos que um primeiro-ministro fosse convidado), e ela aproveitou para atacar frontalmente a CGIL e declarar que os sindicatos não terão influência alguma sobre as decisões do executivo. Só pode haver uma razão pela qual a direção*

---

<sup>13</sup> Revista Il Cuneo Rosso, n. 2, novembro de 2014 (Referência ao artigo: Quaranta anni di attacchi capitalisti: come sono cambiati la condizione e il modo di pensare dei lavoratori). [N.T.: o artigo referido foi traduzido e está publicado nesta edição da Revista Trabalho Necessário com o título Quarenta anos de ataques capitalistas: como mudaram a condição e o modo de pensar dos trabalhadores].

da CGIL, que incansavelmente continua a se autodenominar antifascista, tenha feito este convite a uma política de longo percurso cujo partido tem suas raízes justamente na tradição fascista, embora modernizada: “normalizar” o governo de direita, predispor toda a estrutura da CGIL e seus adeptos para o “diálogo” com este que é um dos executivos mais agressivamente antitrabalhadores do pós-guerra. Agora até a CGIL, que em tempos distantes foi um sindicato combativo, é cada vez mais um “sindicato de serviços”. Se vai à sede (pode-se dizer: escritório) da CGIL não para organizar lutas e greves, mas fundamentalmente para fazer a declaração de imposto de renda, para encaminhar a aposentadoria, para auxiliar nos contratos de aluguel, para abrir processos trabalhistas; ou, se for imigrante, para os trâmites da sua autorização de residência, de forma a não perder o seu dia de trabalho e evitar insultos ou abusos nas repartições da polícia. Também para a CGIL, bem como para a CISL, a greve se tornou uma arma para ser usada como “último recurso” e não é de se surpreender que cada vez mais as greves tenham pouca participação.

Outro aspecto da institucionalização dos sindicatos é o seu pleno envolvimento nas cooperativas<sup>14</sup> e, através delas, na gestão do rebaixamento do mercado de trabalho. Um posterior aspecto relevante é constituído pela osmose entre as estruturas sindicais e os numerosos “entes bilaterais”, órgãos “consultivos”, escolas de formação profissional etc., nas quais a integração com a máquina estatal é profunda e, nesse momento, irreversível. Menos ainda podemos esquecer a “especialização” de setores da burocracia sindical na gestão dos fundos de pensão e os esforços contínuos que essa burocracia tem feito para que as indenizações dos trabalhadores (a chamada “liquidação”)<sup>15</sup> sejam atribuídas a eles, transformando as garantias trabalhistas em “capital de risco” para alimentar as bolsas e a especulação financeira. Vale a pena destacar que a burocracia sindical envolvida nesse processo não foi obrigada a isso, mas tem sido protagonista dele em primeiro nível, uma verdadeira ponta de lança do ataque capitalista. Alguns ainda falam em construir “consenso” entre patronato, governo e sindicatos; na realidade, há subordinação dos sindicatos confederados aos interesses do executivo e do patronato. A fase do “consenso” em que CGIL, CISL e UIL tiveram alguma voz nas decisões do governo

---

<sup>14</sup> N.E.: trata-se aqui das cooperativas de prestação de serviços, em especial.

<sup>15</sup> N.E.: trata-se do pagamento de direitos trabalhistas na finalização de um contrato de trabalho.

*terminou há muito tempo. A Itália é hoje um país com uma combatividade operária e sindical ínfima. E a perspectiva...*

**Adriana, Célia e Mauro:** Bem, de onde vem a resistência a essa perspectiva um tanto sombria hoje na Itália?

**Pietro Basso:** *A resistência dos trabalhadores aos ataques dos patrões e às medidas do executivo de Meloni é hoje limitadíssima. Amanhã não sabemos, porque está se acumulando um grande descontentamento: pelos baixos salários, corroídos pela inflação; pelos níveis insustentáveis de intensidade do trabalho; pela precariedade; pelo crescimento ininterrupto do número de mortes e de acidentes de trabalho; pelos cortes nos gastos sociais com saúde. Esse descontentamento poderia explodir sem aviso prévio, mas – no momento – o único setor da classe trabalhadora que fez e continua fazendo (com dificuldade crescente) combate duro aos patrões são os carregadores e motoristas de logística. Não todo o setor (que tem mais de um milhão e meio de ocupados), mas uma fração dele, formada por algumas dezenas de milhares de proletários, em grande parte imigrantes, em sua maioria organizados com o SI Cobas<sup>16</sup>. O livro *Carne de açougue: as lutas dos trabalhadores da logística e o teorema repressivo contra o SI COBAS e as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras na Itália*<sup>17</sup> é uma boa documentação dessas lutas (até 2017). Outro livro apresenta a trajetória de uma das mais brilhantes vanguardas dessas lutas: *Arafat vai à luta: a história - verídica - de um egípcio. Da exploração às batalhas sindicais*<sup>18</sup>.*

*Nos últimos 10 a 15 anos, a logística foi o único setor em que a condição dos trabalhadores melhorou, sobretudo no que diz respeito aos salários, que passaram de 700-800 euros para até 1.700-1.800 euros, com regularização das jornadas de trabalho. Antes destas lutas, os carregadores iam aos armazéns para fazer, digamos, duas horas de trabalho, depois ficavam parados ali perto e tinham de esperar, sem serem pagos, até 3-4 horas antes de serem chamados para nova carga ou descarga.*

---

<sup>16</sup> N.E.: Sindicato Intercategorial - Trabalhadores Auto-organizados.

<sup>17</sup> N.E.: SI Cobas (Orgs.) **Carne da macello**: Le lotte degli operai della logistica e il teorema repressivo contro il SI COBAS e le conquiste dei lavoratori e delle lavoratrici in Italia. Roma: Red Star Press, 2017.

<sup>18</sup> SCANDALIATO, Maria Elena. **Arafat va alla lotta**. La storia – vera – di un migrante egiziano. Dallo sfruttamento a le battagli sindacali. Milão: Mimesis, 2021.

Outros testemunhos diretos muito significativos de vanguardas imigrantes das lutas logísticas originários de Marrocos e Senegal podem ser encontrados no Número 3 de “Il cuneo rosso”, abril de 2019, dedicado ao tema: neocolonialismo e a guerra contra os imigrantes.

*Em vez disso, nas fases de pico, eles trabalhavam até 14 horas por dia, sem pagamento de horas extras. Não havia progressões no trabalho e no salário, enquanto agora em vários armazéns já foram introduzidas progressões automáticas com base exclusivamente no tempo de trabalho. Foi introduzida a cláusula social que obriga a cooperativa ou a empresa contratante (as alterações de contratos são muito frequentes) a reconhecer as condições anteriores e o tempo de serviço adquirido. Foram aumentados os dias de descanso remunerado, o que é muito útil para os imigrantes, dada a quantidade de procedimentos burocráticos e normativos adicionais que eles precisam cumprir. E – um aspecto fundamental – foi conquistado o direito de realizar assembleias no local de trabalho.*

*Em muitos casos, as lutas dos sindicatos de base começaram a partir do pedido de aplicação do acordo coletivo nacional – a prática estabelecida na Itália nos últimos anos é que as empresas possam violar contratos impunemente ou mesmo construir contratos “sob medida” e fazer com que sejam assinados depois pelos dirigentes sindicais. Na logística, os sindicatos de base acusados pela CGIL, CISL e UIL de não passarem de encrenqueiros, aventureiros, muitas vezes são os que fazem cumprir os contratos de trabalho assinados pela CGIL-CISL-UIL que sequer tomam o cuidado de fiscalizar a execução dos contratos por eles assinados. Esta burocracia sindical chega a acusar os trabalhadores que a contestam de serem “a ruína das empresas”. Não é o patrão que diz isso, são as direções dos sindicatos confederados. Alucinante, mas verdadeiro: a incorporação da ideologia neoliberal e patronal tout court nas estruturas sindicais atingiu na Itália um nível paroxístico.*

**Adriana, Célia e Mauro:** No Brasil, é o Estado que regulamenta e reconhece os sindicatos por meio da carta sindical, portanto, não temos liberdade de organização sindical. Além disso, prevalece a unicidade sindical em determinados setores de trabalho. É assim que acontece na Itália?

**Pietro Basso:** Na verdade não. Na Itália, o sindicato foi reconstituído em junho de 1944, logo após a primeira queda do fascismo (o regime fascista caiu em dois momentos distintos: em julho de 1943, quando Mussolini foi deposto e preso; e em abril de 1945, quando desmorona a chamada República Social instituída em Salò sob

estrito controle nazista, e Mussolini é morto). Após a primeira queda do fascismo, formou-se na Itália uma série de governos monárquico-republicanos e, precisamente na transição do último governo de Badoglio para o primeiro governo de Bonomi, foi assinado em Roma, em 9 de junho de 1944, um pacto para a reconstituição da organização sindical na Itália como um sindicato único, a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL). No entanto, esta CGIL teve vida curta, porque a partir de 1948, em plena Guerra Fria, foi preparada sob a orientação das administrações dos EUA e da CIA uma dupla cisão, da qual nasceram na primavera de 1950 a CISL [Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores] e a UIL [União Italiana do Trabalho]. Nesse ínterim, a Constituição italiana, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1948, havia estabelecido no Artigo 39 o princípio: “A organização sindical é livre”.

Até 1968 esses três sindicatos [CGIL, CISL, UIL] absorveram a maior parte da atividade sindical – ao lado deles teve breve vida um sindicato de matriz fascista, o CISNAL<sup>19</sup>, com um número mínimo de servidores públicos. Mais consistentes, ao invés, foram alguns sindicatos corporativos, sobretudo atuantes no setor escolar. Com as lutas de 1968-69 a situação mudou radicalmente, porque nasceram em muitas grandes fábricas comitês operários, comitês unitários de base, comitês operário-estudantis. Juntamente com outros companheiros e companheiras, criamos um em Pomigliano D'Arco, perto de Nápoles, em uma fábrica da Alfa Romeo Alfasud, que posteriormente foi incorporada à FIAT. Esses comitês tiveram uma particular consistência entre os metalúrgicos e metalmecânicos, que de 1918 até os anos 1980 foram a vanguarda da classe trabalhadora italiana, com seu segmento mais massivo, mais concentrado, mais combativo, organizado com a CGIL na FIOM<sup>20</sup>. As novas organizações de luta nascidas depois de 1968 foram progressivamente se exaurindo com o refluxo do movimento de luta a partir da metade dos anos 1970.

Estes órgãos eram internos e externos à CGIL, envolvendo também trabalhadores não filiados e inscritos da FIOM-CISL. A relação com as confederações sindicais era em geral dialética, muitas vezes polêmica, às vezes de contraposição – a promoção dos conselhos de fábricas pela CGIL-CISL-UIL (órgãos eleitos por todos os trabalhadores, filiados e não filiados às organizações sindicais) certamente contribuiu para aliviar essas tensões e esvaziar os comitês de base porque muitos

---

<sup>19</sup> Confederazione Italiana Sindacati Nazionali Lavoratori (Confederação Italiana dos Sindicatos Nacionais dos Trabalhadores).

<sup>20</sup> Federazione Impiegati Operai Metallurgici (Federação dos Empregados Operários Metalúrgicos).

*trabalhadores mais combativos se juntaram a eles. Um dos efeitos materiais, sindicais mais significativos do ciclo de lutas dos anos 1968 na Itália foi a introdução em 1975 do ponto único de contingência dentro do mecanismo da escala móvel, que funcionava, na verdade, de forma inversamente proporcional: quanto mais substancial era o aumento do salário devido à inflação (que no final dos anos 1970 era alta), mais o aumento automático igual para todos se tornava um componente significativo do salário. Era um elemento de compactação da classe e de redução do fosso salarial, ou seja, o desnível entre os salários dos diferentes tipos de trabalhadores.*

*Mas já nos anos 1983-84 começou o assalto patronal a este procedimento, e em uma década se chegou à completa abolição da escala móvel, que ocorreu em julho de 1992 com o governo Amato (de centro-esquerda). A CGIL-CISL-UIL foram as primeiras a sentir este desmantelamento, depois de ter partilhado, cada vez mais amplamente, com os representantes patronais os “argumentos teóricos” com que pretendiam justificá-lo. Entre eles, devemos lembrar a plena adesão à tese segundo a qual a abolição da escala móvel teria fortalecido o poder de negociação dos sindicatos, do qual os trabalhadores teriam se beneficiado. Na realidade, a CGIL-CISL-UIL contribuíram para lançar as bases da estagnação e tendencial redução dos salários, por um longo período, ao aceitarem a substituição da escala móvel e do ponto único de contingência pela taxa de inflação projetada – mecanismo que não considera a inflação real, pois exclui do cálculo os componentes energéticos e aquele importado do aumento de preços. A tendencial desvalorização dos salários se tornou, assim, política sindical, com um alargamento das distâncias no seio do proletariado industrial, uma vez que a recuperação parcial dos salários foi de fato entregue à negociação de segundo grau, possível apenas em empresas protegidas do risco de crise. Entre os anos 1977 e 1992, concretizou-se a institucionalização e o início da verdadeira e própria estatização da CGIL-CISL-UIL, que “acordaram” com o governo medidas com conteúdo antioperário, em nome da “solidariedade nacional”, ou seja, a defesa da competitividade das empresas italianas no mercado mundial em detrimento dos trabalhadores e proletários.*

*É neste contexto que começam a nascer os Cobas (Comitês de Base), sobretudo no setor da saúde, das ferrovias, do ensino, entre os trabalhadores do Estado, entre os dependentes do INPS [Instituto Nacional de Previdência Social], ou seja, entre os trabalhadores um pouco mais protegidos. Os Cobas de fábrica são muito*

*poucos. Aqueles com mais adesão são apenas de duas fábricas da empresa automobilística Alfa Romeo, nas cidades de Arese e de Pomigliano, que – desde que foram absorvidas pela Fiat – conheceram o fechamento da primeira e um corte drástico de empregos na segunda.*

*Desde 2008, porém, a formação de Cobas em maior escala ocorre nos armazéns de logística, e se expande em um verdadeiro e próprio ciclo de lutas. Nos últimos vinte anos, além desse ciclo de lutas, houve apenas três exemplos de conflito de alguma importância: a luta nos call centers; a luta em que estivemos diretamente envolvidos na Fincantieri em Marghera (em julho de 2013) contra a introdução dos sábados de trabalho, com a passagem de 5 para 6 dias de trabalho – a última grande greve operária da indústria tradicional ocorreu em Marghera com três dias de paralisação total da fábrica, celebrada com um acordo de compromisso decente, que entretanto não foi possível administrar em sentido favorável aos trabalhadores devido ao descaso total da CGIL; a luta dos trabalhadores da GKN de Florença<sup>21</sup> contra o desmantelamento de uma fábrica de componentes automóveis, cujos trabalhadores criaram uma certa solidariedade em torno deles, mas – vinculados à disciplina CGIL – não souberam/puderam lançar um processo de luta comum com as dezenas de milhares de trabalhadores também golpeados pelos processos de deslocamento, e agora refluíram para uma dimensão mutualista e de “economia alternativa” que para mim é completamente ilusória.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Já que estamos falando da organização dos trabalhadores e da classe, esta é uma questão importante para a última pergunta. Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848 pensaram a luta de classes e a organização dos trabalhadores do mundo com as ferramentas de seu tempo – partidos operários, sindicatos, organização internacional etc. Com as novas formas de trabalho, como o trabalho digital, o trabalho em plataformas etc., com as grandes mudanças ocorridas na relação entre capital e trabalho, mudam também as formas de organização dos trabalhadores? Qual *Manifesto* podemos ou devemos escrever hoje?

---

<sup>21</sup> N.E. Multinacional britânica que produz componentes destinados à indústria do setor automobilístico.

**Pietro Basso:** *Que pergunta! Teríamos que pensar dias e dias, então vou me limitar a apenas algumas observações que sei serem parciais e incompletas.*

*O Manifesto, como se sabe, possui uma primeira parte na qual está descrita a trajetória ascendente do capitalismo e reconhecida a sua função histórica. O capital, o capitalismo, a burguesia têm a seu favor inquestionavelmente duas conquistas formidáveis: criaram uma economia mundial (na forma de um mercado mundial) e, em alguns aspectos, uma história mundial; através da contínua revolução dos meios de produção e sua concentração e centralização, eles levaram a produtividade do trabalho a um nível incomparável com o que existia antes. Para Marx e Engels, esse reconhecimento servia para demarcar claramente a crítica comunista do capitalismo das críticas um tanto nostálgicas das relações sociais pré-capitalistas ou da pequena produção, das diferentes variantes do “socialismo” feudal, pequeno-burguês, reacionário, crítico-utópico. No Manifesto, o “elogio” do capitalismo incontrolável não esconde em nada o caráter antagônico desse modo de produção que força trabalhadores e proletários à condição de mercadoria igual a “qualquer outro artigo comercial”, de “um simples acessório para máquinas”. Também não esconde – pelo contrário! – o caráter desregulado, destrutivo que emerge nas crises de superprodução nas quais vêm “regularmente destruída não apenas grande parte dos produtos obtidos, mas também grande parte das forças produtivas já criadas”. Mas os autores do Manifesto tinham razão (a partir de 1848) quando supunham que através da conquista de novos mercados, da exploração mais intensa dos antigos mercados e do trabalho operário, as relações sociais de produção capitalistas poderiam ser reproduzidas em uma escala cada vez mais alargada, permanecendo a inevitável sanção periódica das crises, de crises cada vez mais “gerais e violentas”, até que o proletariado conseguisse quebrar, com sua força e sua “organização de classe”, com a revolução, todo o mecanismo “automático”.*

*Hoje, passados pouco menos de dois séculos, perante um capitalismo há muito tempo inteiramente mundializado e com a multiplicação exponencial da produtividade do trabalho, um novo Manifesto do Partido Comunista não poderia deixar de colocar em primeiro lugar a denúncia da destrutividade do capitalismo, do capitalismo real, do capitalismo plenamente realizado, que já conseguiu fazer o mundo à sua imagem e semelhança. As críticas que Marx e Engels formularam ao capitalismo ascendente durante suas vidas, ilustrando incansavelmente a pilhagem da natureza, a exploração*



*do trabalho humano na forma de escravidão assalariada, os resultados do colonialismo etc., deveria hoje – que estamos verdadeiramente frente à possibilidade de extinção da espécie humana em decorrência das façanhas do capitalismo – caracterizar toda a apresentação desse modo de produção. Nada de errado no que diz respeito ao Manifesto de 1848. Não há paradigma a ser derrubado. Basta reconhecer, seguindo a lógica do materialismo histórico, que – na maior parte do mundo – tendo o capitalismo já operado nesse sentido, o proletariado não terá como sua tarefa “multiplicar o mais rápido possível a massa de forças produtivas”. Ao contrário, como o capital levou a níveis estratosféricos a produção de mercadorias inúteis e nocivas, uma das primeiras tarefas do proletariado vitorioso sobre a burguesia será cortar sem hesitar a enorme massa de produção inútil e nociva. Entre os marxistas, Bordiga, Mézaros, Goldner já ilustraram essa necessidade vital. E talvez seja supérfluo acrescentar que aqueles que se propõem a tornar o capitalismo menos ávido de lucros, menos faminto e destrutivo limitando-lhe a velocidade de desenvolvimento, como Latouche<sup>22</sup>, são portadores de uma perspectiva “reformista” que parece assustadora e bastante ridícula diante da radicalidade e da urgência da ruptura a ser feita com o capitalismo.*

*Gostaria de fazer uma segunda consideração sobre um fenômeno que diz respeito à atual composição do proletariado, muito subestimada, e que mencionei na introdução do livro em homenagem a Ricardo Antunes<sup>23</sup>. Há uma passagem da ideologia alemã, em que Marx e Engels falam, com extraordinária clarividência, de uma das maravilhas do capitalismo para nós e para o futuro: a criação, em vez de “indivíduos locais”, de “indivíduos inseridos na história universal, indivíduos empiricamente universais”. Desses indivíduos o mundo já está cheio. Há algum tempo, o proletariado era etnicamente homogêneo, uma homogeneidade localizada, pois os meios de transporte eram rudimentares. Nas manufaturas e nas primeiras grandes fábricas podiam ir trabalhar apenas as pessoas das aldeias e do entorno. Em seguida, houve na Inglaterra uma primeira diferenciação de nacionalidade entre trabalhadores irlandeses e ingleses, e essa diferenciação se estendeu a outros*

---

<sup>22</sup> Serge Latouche, professor de Economia na Universidade de Paris XI e no Institut d'Études du Développement Économique et Social de Paris (IEDES), autor de uma pluralidade de textos e ensaios sobre o “decrecimento feliz”.

<sup>23</sup> ANTUNES, Caio; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei (Orgs.) **Para além do mundo do trabalho**: Ricardo Antunes. Campinas: Papel Social, 2023.

lugares, especialmente nos Estados Unidos da América. Mas atualmente o quadro da composição do proletariado mudou enormemente, eu diria: revolucionou. Na Alemanha, hoje, 1/3 da população tem um migrationshintergrund, um contexto migratório. A Alemanha, que há 80 anos, 90 anos, era dominada pela louca e criminosa ideologia da purificação do sangue da nação alemã que se tornou política de Estado, é hoje uma nação definitivamente “multirracial”, multinacional, multicultural, composta por um terço de imigrantes ou descendentes de imigrantes. E se você olhar para a força de trabalho, obviamente o percentual é ainda maior. É uma mudança com grande potencial subversivo. Hoje você o vê fisicamente, na Itália, na composição do SI COBAS (Sindicato Intercategorial - Trabalhadores Auto-organizados), a entidade sindical mais combativa, cujos membros pertencem a mais de 35 nacionalidades. Na Itália não há uma cidade onde o proletariado não seja constituído por 5, 10, 20, 30, 50 nacionalidades diferentes, de “indivíduos inseridos na história universal, indivíduos empiricamente universais”. Na reunião de 25 de maio, lembrada anteriormente, ouvimos alguns desses “indivíduos”. O testemunho de Asmeron Zeme, por exemplo, foi de grande interesse. “Você é um eritreu, um italiano, um milanês?”, perguntam-lhe. Na verdade, são todas essas “coisas”, pertencentes, em uma só. E a guerra da qual ele fugiu não é apenas a guerra entre a Etiópia e a Eritreia: ele fugiu das muitas guerras que ocorrem no Sul do mundo graças à contínua manipulação do antigo e do novo colonialismo. Um “cidadão do mundo” e – neste caso específico – com um sentimento internacionalista. No mundo atual de proletários com este tipo de experiência existem (diferentemente de ontem) milhões, dezenas de milhões, centenas de milhões. Grande, excepcional novidade, produto do processo de globalização das relações sociais capitalistas. A forma anárquica de proceder do capitalismo teve, para os seus próprios fins, a criação de condições objetivamente mais favoráveis à atuação do “Proletários de todos os países, uni-vos!”. O capital realizou em parte ele mesmo essa unidade, ainda que, justamente por isso, empreenda uma sábia e brutal contra-ação, uma verdadeira guerra permanente contra emigrantes e imigrantes, para impedir a sua efetiva e completa realização. Deduzo que as migrações internacionais (com a composição cada vez mais multinacional do proletariado em um número cada vez maior de países) e a luta contra a discriminação e os danos contra os imigrantes e contra o racismo são uma questão-chave do novo movimento proletário.

*A outra grande novidade – em relação ao Manifesto de 1848 – é a crescente composição feminina do proletariado internacional. Concordo com o que afirma Himani Bannerji: “Desde a época do Manifesto do Partido Comunista até os partidos comunistas e os sindicatos de hoje, o caráter masculino do proletariado permaneceu essencialmente inalterado. Embora as mulheres sempre tenham estado extraordinariamente envolvidas na causa comunista, tornando-a sua (por exemplo, nos eventos que levaram à Revolução Bolchevique de 1917), a subjetividade e a diligência para a luta de classes sempre foram associadas aos homens. A classe e o trabalho produtivo continuam a ser associados ao masculino, enquanto gênero e trabalho reprodutivo são pelo senso comum feminilizados<sup>24</sup>. Sobre esta grave falta certamente incidu negativamente o que Bannerji sempre define como “uma catástrofe reprodutiva; o nascimento do patriarcado capitalista e do núcleo familiar”, uma realidade que o próprio desenvolvimento do capitalismo e a luta das mulheres desfizeram parcialmente. A incorporação de centenas de milhões de mulheres na massa mundial do trabalho assalariado é agora um fato de primeira importância porque aproximou homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora através da experiência comum do trabalho assalariado. Um novo Manifesto deve refletir plenamente esta mudança revolucionária, tentando recuperar o grande atraso acumulado pelo antigo movimento operário que tem mostrado, como um todo (quase sem exceção), indiferença e até hostilidade em relação às reivindicações das mulheres, ou as tem reduzido a uma lógica economicista, chegando a negar efetivamente o patriarcalismo coletivo e individual existente no capitalismo e sua relevância na manutenção da ordem social<sup>25</sup>. E deve, portanto, reservar um lugar especial para a luta pela emancipação e libertação das mulheres como elemento integrante da luta para “acabar com o capitalismo” e suas formas de opressão.*

*Uma última consideração, no entanto, sobre um aspecto teórico do Manifesto original que me parece muito atual mesmo depois de quase dois séculos: a forma de conceber a auto-organização da classe, o que no antigo movimento operário foi tematizado como a relação entre sindicato e partido.*

---

<sup>24</sup> Conferir BANNERJI, Himani. Verso una rivoluzione comunista. Genere e classe nel libro primo del Capitale. In: M. Musto (Org.). **Il Capitale alla prova dei tempi**. Nuove letture dell’opera di Marx, Roma: Edizioni Alegre, 2022. p. 255.

<sup>25</sup> Conferir TONELLO, P. (Org.) La posta in gioco. Riflessioni e proposte per un femminismo rivoluzionario. **Quaderno de “Il Cuneo rosso”**, Maggio, 2021.

*Embora os estados que acompanharam o nascimento do capitalismo nunca tenham favorecido, e muito menos incentivado, a formação de sindicatos, houve um período histórico, cronologicamente diferenciado de país para país, em que o Estado deixou que a contratualização do valor da força de trabalho fosse tarefa direta de patrões e trabalhadores. Então, com o passar do tempo, o Estado se imiscuiu nessa relação, não só com o uso da polícia, mas passando a legislar numa enxurrada de leis sobre trabalho, o mercado de trabalho, a greve, a estrutura salarial, para chegar a se atribuir o direito de estabelecer o que é e o que não é um sindicato. Essa transição ocorreu na Europa com o advento do imperialismo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Com o passar do tempo, os espaços democráticos para a luta econômica foram progressivamente se reduzindo. Após o “parêntese” do nazifascismo, a própria democracia se tornou cada vez mais autoritária. E pretendeu ditar as regras do que é e do que não é lícito na luta sindical. Por isso o sindicato, sobretudo no último meio século, tem estado cada vez mais submetido a uma regulamentação que o tem emaranhado, impondo-lhe escolhas que as burocracias foram gradualmente introjetando e aceitando. Uma imposição, claro, mas também a aceitação dessa imposição. Diferentemente de dois séculos atrás, a luta econômica agora é vista pelos estados como potencial ameaça, a ser vista com desconfiança e mantida sob controle. Vejamos o último acontecimento nos Estados Unidos: embora a greve geral dos ferroviários tenha sido votada pela grande maioria das assembleias dos ferroviários, Biden a proibiu. E o fez de acordo com a lei porque ao presidente dos Estados Unidos é reconhecido esse poder. Biden a declarou ilegal, e ponto.*

*Em linha geral, a distância entre conflito econômico e conflito político diminuiu especialmente no Ocidente onde as margens de concessão à classe trabalhadora diminuíram, e muito. E é justamente em relação a esses “últimos desenvolvimentos” do capitalismo no plano político que reluz, a meu ver, a profundidade da concepção de auto-organização da classe expressa no Manifesto. Nele não é traçada uma distinção clara entre sindicato e partido. Afirma-se que no confronto com a burguesia o proletariado se organiza, e então, continuamente, como resultado do embate com o capital que é um perpetuum mobile, faltam as condições de organização. Assim, o proletariado é forçado a se reorganizar nas novas condições. Literalmente: “Esta organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político é mais uma vez quebrada a cada momento pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas*

*sempre ressurgue, mais forte, mais firme, mais poderosa”. Para além dos formalismos, o cerne é que o processo de organização da classe e sua constituição “em partido” é unitário, sem compartimentos estanques. Apresentar o pensamento de Lênin sobre o partido como uma espécie de organização separada da classe com uma intelectualidade depositária da ciência, da história, da teoria é, a meu ver, um exagero. O processo de auto-organização espontânea da classe precisa da contribuição da teoria revolucionária, mas deve haver uma integração entre esses dois elementos, caso contrário não funciona – vimos isso em um nível muito alto no caso da Rússia e da Terceira Internacional. Agora, em comparação com um século atrás, porque em qualquer luta econômica há uma série de implicações políticas, a luta econômica e a luta política tornaram-se mais próximas. Ao mesmo tempo, também por isso, temos uma particular hipertrofia da “superestrutura” capitalista, responsável por impedir preventivamente a conjugação entre os dois níveis da luta e da organização do proletariado. Enquanto a estrutura capitalista range por todos os lados – assustadoramente para os capitalistas, com certo prazer para nós – a “superestrutura” capitalista age tonitruante em termos de repressão, manipulação, controle, difusão das formas variadas da ideologia dominante (extremo individualismo, nacionalismo, racismo, sexismo): uma verdadeira máquina de guerra mais eficiente que suas máquinas militares de guerra. No entanto, neste momento, somos bastante ineficientes. Assim, ou haverá um renovado protagonismo de massa dos trabalhadores no processo de auto-organização e, junto a isso, uma poderosa e ampla reconquista da nossa teoria, da nossa história, da autonomia de classe, ou seremos derrotados.*

### *Post Scriptum*

Reli o texto da entrevista e preciso fazer uma dupla precisão, porque a forma como me expressei pode dar origem a mal-entendidos. Primeira precisão: falei constantemente do *proletariado* ou *classe dos trabalhadores assalariados*, mas tenho em mente e concordo com a proposta de Ricardo Antunes de ampliar os limites desta categoria teórica através do conceito de “*classe que vive do trabalho*” englobando as dezenas (ou centenas?) de milhões de trabalhadores que, no mundo, são apenas formalmente “independentes”, informais, uberizados. Segunda precisão: a crise

histórica do modo de produção capitalista na qual estamos mergulhados há vinte anos abre uma passagem atormentadíssima de violentos confrontos de classe e intercapitalistas em que a única possibilidade de evitar uma catástrofe histórica (se não final) da civilização humana estará na *revolução social anticapitalista*. Até agora, cada mudança revolucionária nas relações entre os seres humanos e nas relações homem-natureza tiveram uma força social motriz, mais ou menos consciente. E parece-me certo que esta lei da dinâmica das transformações sociais indica o proletariado mundial, tomado como um todo (obviamente não estou falando de todos os proletários e proletárias), a *única força social* capaz de impulsionar uma transição histórica de enorme complexidade e de imensa capacidade libertadora. Afinal, faz quase dois séculos que se formou, por impulso desta classe, o pensamento revolucionário da sociedade “pós-capitalista” (global) como única associação de livres e iguais sem qualquer forma de propriedade dos meios de produção e de saqueio da natureza, com um estado que progressivamente se deteriora a partir, necessariamente, dos níveis monstruosamente hipertróficos que assumiu com o capitalismo. Mas no confronto com as forças do capitalismo global, que tentarão implementar por todos os meios uma forma ainda mais destrutiva e elitista de exploração do trabalho vivo e de humilhação da grande maioria dos seres humanos, o proletariado de forma alguma estará sozinho: terão uma parte importante também as grandes massas semiproletárias do campo do Sul do mundo (os camponeses pobres sem-terra, os boias-frias) e das áreas metropolitanas. E o fenômeno antevisto por Marx e Engels, da traição de classe por parte de membros das burguesias, é previsível que *terá um corpo maior do que no passado* porque – se pensarmos nas guerras, nas catástrofes ecológicas, no drama das migrações, na incontrolável propagação da violência interpessoal – no confronto entre a reação capitalista e o movimento revolucionário assumirá cada vez mais a aparência, e o conteúdo real, de uma oposição antagônica entre “o partido da destruição e da morte” e “o partido da vida da espécie e da natureza”.